

Tele. 490951
FAX 491999

RESTAURANT
&
PUB
LUNGUMI

JUST ARRIVED !!! WE FIERCELY RECOMMEND SOME OF THE FINEST
ASPARGUS - DISHES. DO NOT MISS THIS GREAT OPPORTUNITY !!



FRIO INDUSTRIAL

E

METALOMECÂNICA

Estrada velha da Matola Talhão
n.º 3 parcela-728 Tel 450427/8 Maputo

mediaFAX

Maputo * terça-feira 11.05.93 * N.º 90/93



Banco de Fomento e Exterior
CAPO ENEXP

ABERTO AO INVESTIMENTO
E AO COMÉRCIO BILATERAL
Sucursal: Av. Vladimir Lenine, 624 R/C Maputo
Telef. 423915/6 - Fax 423991

De segunda a sexta, um diário no seu fax * Propriedade e edição: mediacoop - Jornalistas associados, sclr

Editor: Carlos Cardoso * Sede: Av. Mártires da Machava, n.º 1002 - C.P. 73 * Maputo * Moçambique

Tifs 4 90906, 743952 * Faxes 490063 / 490906 * Tlx 6-233 * Rep. Beira, Tlf 325175 * Fax 302200 * Rep. Lisboa, Tlf 8581288 * Fax 8586773

Assinaturas mensais -- ordinária: 75.000,00 MT * institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD * de apoio: 400.000,00 MT ou 100 USD

Chissano/Dhlakama

A. 4. 4

ENCONTRO SERÁ EM MAPUTO

Confirma Ululu

1-90/93 (Maputo) O projectado encontro entre o Presidente da República e o líder da Renamo será em Maputo.

O Secretário-Geral da Renamo, Vicente Ululu, confirmou ontem ao mediaFAX esta informação divulgada sexta-feira por Aldo Ajello após o seu regresso de Maríngue onde se avistou com Afonso Dhlakama.

Ululu disse não estar ainda informado sobre datas.

Ajello disse ontem ao mediaFAX que, no seu encontro com Dhlakama em Maríngue na sexta-feira, o líder da Renamo lhe havia dado o OK para anunciar que a cimeira com Chissano seria em Maputo.

"Ele (Dhlakama) pensa que a situação amadureceu o suficiente para ele poder vir a Maputo", disse-nos Ajello.

Quando? Ajello também não tem datas. "O encontro tem de ser bem preparado". Ele disse que possivelmente não será antes de uma nova ida de Dhlakama à Europa, programada para breve. A agenda tem ainda que ser acordada entre as duas partes.

MUGABE

Ululu confirmou também que na semana passada esteve em Harare a falar com o Ministro da Justiça, e Assuntos Legais e Parlamentares, Emmerson Munangagwa.

O diário de Harare "The Herald" publicava ontem na sua primeira página uma notícia sobre esse encontro, dizendo que Ululu havia sido recebido por Munangagwa a quem o Secretário-Geral da Renamo terá pedido o envolvimento de Mugabe na preparação do encontro de Dhlakama com Chissano. Mugabe não recebeu Ululu alegadamente por estar a preparar-se para partir para uma viagem à China.

Ululu não confirmou que tivesse pedido o envolvi-

mento do Presidente zimbabweano especificamente na preparação do encontro Dhlakama/Chissano, mas disse que, na reunião com Munangagwa, pedira o contínuo empenhamento de Mugabe no processo de pacificação de Moçambique.

Ele recordou os esforços diplomáticos anteriores de Mugabe, nomeadamente na preparação do encontro de Dhlakama com o Presidente Chissano em Gabone, assim como na fase final das negociações em Roma.

Ululu confirmou, por outro lado, que Munangagwa já esteve em Maputo, não chegando a concretizar-se uma reunião planeada entre ele e o Ministro zimbabweano.

Ululu disse não estar informado sobre o conteúdo das discussões entre Munangagwa e as autoridades governamentais.

Sobre a ida de Ululu a Harare, Ajello limitou-se a frisar que isso aconteceu "dois dias antes de eu ir a Maríngue". O representante de Boutros Ghali disse ver com bons olhos o contínuo envolvimento de Mugabe no processo de paz moçambicano. Acrescentou que "há muita gente a trabalhar no mesmo item" (o encontro Chissano/Dhlakama).

E os problemas logísticos em Maputo com a delegação da Renamo? "Estão-se a ultrapassar", comentou Ululu.

A Ajello perguntámos como estava a questão dos dinheiros para a Renamo. "Estou à espera que os dois fundos (já anunciados) sejam criados em Nova Iorque para que passe a haver dinheiro disponível". E a Renamo terá acesso directo aos dinheiros? Ajello respondeu haverá um "sistema administrativo" para a gestão dos fundos.

(da redacção)

COMÉRCIO
INVESTIMENTOS
PARTICIPAÇÕES



SEDE: Av. Samora Machel, 285 / 1.º andar * Tlf.: 430171/5 * Fax: 428484 * Tlx: 6-387 ENEXP MO
C.P. 698 * Telegramas: ENACOMO * Maputo * DELEGAÇÕES: Beira * Quelimanc * Nacala

Não havia outra solução: ERA PRECISO PAGAR

2-90/93(Xinavane) Os 380 milicianos da açucareira do Incomati, que na semana passada paralizaram a vida na vila de Xinavane durante três dias, começaram sábado a entregar as suas armas mediante pagamento de uma "indenização" de seis meses de salário, base das suas reivindicações.

Segundo observámos no local, cada miliciano, primeiro, entregava a sua arma, as munições e o fardamento, e só depois lhe era entregue o dinheiro.

As armas eram recolhidas por um corpo de oficiais das FAM. Nenhuma baioneta foi entregue, embora o repórter do mediaFAX tenha visto muitos milicianos com este tipo de arma.

Antes de receberem, aos desmobilizados eram colocadas duas questões: se queriam ou não continuar a trabalhar naquela empresa açucareira. Aos homens que preferiam a desvinculação eram-lhes entregues 352.800 MT cada; os que optavam por ficar recebiam uma "gratificação" de 58.800 MT, correspondentes a apenas um mês de vencimento básico.

Durante o período activo, cada miliciano considerado soldado raso chegava a auferir mais de 100 000 MT mensalmente, um vencimento muito superior ao que é atribuído ao soldado pronto do Ministério da Defesa Nacional, que ronda os 38 mil.

Correia Lopes, Director-Geral da Sociedade Agrícola do Incomati, afirmou ao mediaFAX que o pagamento daquelas "indenizações" não teve nenhuma base legal, porquanto "a empresa garantia emprego para todos os homens desmobilizados".

NÃO HAVIA OUTRA HIPÓTESE

Ele adiantou que os milicianos "arrancaram" o dinheiro porque tinham as armas e não havia outra hipótese se não "ceder às suas reivindicações para evitarmos um mal maior".

Muitos habitantes de Xinavane que abordámos condenaram as acções de força desencadeadas pelos milicianos. As pessoas já se tinham desabitado do tipo de tiroteio que houve.

Foi-nos dito que os camponeses haviam começado a exigir a entrega das armas logo depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro do ano passado, e que, com o fim da guerra os milicianos já não tinham trabalho e andavam a fazer vandalismo com as armas que mantinham em seu poder. Referiram-nos pelo menos dois casos de homicídio voluntário, com armas de fogo, acontecidos recentemente.

Alguns comerciantes afirmaram que, independentemente das razões, a greve devia ter abrangido só as instalações da açucareira, "para não porem em pânico toda a vila, como aconteceu", comentou o proprietário dos estabeleci-

mentos Chitamane.

UM OUTRO PROBLEMA, AGORA

Para o DG da Incomati, agora, o problema não é o destas despesas adicionais, "mas sim, onde arranjar os homens de que tanto necessitamos para a nossa protecção, com tantos desempregados em redor".

Ele disse que a sua empresa já tinha elaborado um plano para a constituição de um corpo de defesa e protecção composto por cerca de 200 guardas armados de cassetetes. Esses homens - saídos do grupo de milicianos - seriam apoiados por 50 armas AKM a serem mantidas na açucareira. Os restantes 180 homens seriam integrados no campo, na fábrica e nos escritórios, dependendo das habilitações literárias de cada um.

Esta intenção da empresa, segundo apurámos de diferentes fontes em Xinavane, já tinha sido comunicada aos trabalhadores/milicianos mas eles não a aceitaram, exigindo que lhes fossem pagos os sacrifícios que empreenderam durante o período da guerra para a protecção da empresa, segundo nos contaram alguns deles.

Correia Lopes disse-nos que se esperava por orientações superiores sobre o acantonamento dos seis oficiais do MDN que constituíam o corpo de comando dos milicianos, para mais tarde se proceder ao desarmamento destes. "De repente, na 2ª-feira (da semana passada), eles vieram cercar os escritórios, paralizaram todas as nossas actividades, exigindo o pagamento dos tais seis meses. Era impossível o diálogo".

Lopes disse ainda que eram pelo menos 380 homens armados, por vezes, a dispararem profusamente para o ar. "Eles é que ditavam e obrigavam-me a marcar data de pagamento". Acrescentou que pode ter havido algum "agitador" a promover desinformação entre os milicianos.

A fonte explicou que, mesmo com a intervenção do Major-General Domingos Fondo, dois dias depois, não foi possível estabelecer o diálogo. Os milicianos continuaram a disparar, de dia e de noite. As nossas fontes contam que muitos deles estavam embriagados, porque acabavam de receber os salários de Abril há três dias. Não tinham dirigente nem possuíam nenhuma comissão para conversações.

Em todos os casos, conforme observámos durante os três dias em que permanecemos em Xinavane, a decisão dos milicianos era «ou pagam-nos a indenização dos seis meses de salários adiantado, ou fazemos estragos». A posição do MDN era de que "tudo devia ser resolvido entre os trabalhadores e o patronato; o assunto não era de militares", disse-nos um oficial subalterno do grupo que acompanhava o general Fondo.

Para se ultrapassar a crise a empresa comprometeu-se a efectuar o pagamento a partir do sábado passado, o que

mediaFAX na Beira
Tratar com o Sr Issufo no Hotel Mocambique
Av. de Bagamoyo n.º 4 Telef: 32 50 11 / Fax: 32 50 60

veio a acontecer.

Alguns oficiais das FAM disseram ao mediaFAX que naquele caso não era possível a intervenção de uma força como aconteceu em Magoanine e na Casa Militar, porque os milicianos não estavam aquartelados; estavam armados e espalhados. A chegada do general Fondo não conseguiu levar os homens para o quartel.

Durante os três dias de levantamento, as figuras de Pedro Nhamauco, membro do CC e secretário da Frelimo para a defesa na empresa, e de Nogueira, foram as mais procuradas. Os milicianos acusam-nos, sobretudo o primeiro, de estar a mover campanhas de despedimentos ilegais aos milicianos desde a assinatura do acordo de paz.

Nhamauco até domingo continuava refugiado em parte desconhecida. Já Nogueira afirmou-nos que o seu papel tem sido o de cumprir apenas com as suas obrigações para que a empresa seja funcional. "Para os trabalhadores que se sentirem despedidos injustamente existe a lei do trabalho", disse ele.

Nogueira garantiu que só expulsou gente que encontrou a roubar gado, cana de açúcar no campo e combustível nas bombas de rega. Indicou que com o fim da guerra e conseqüente regresso da população então confinada às proximidades da fábrica, "teremos muita falta de mão de obra, incluindo de campo".

Correia Lopes reconheceu que houve mais despedimentos de milicianos depois da assinatura do acordo de paz do que durante a guerra, "porque o nível de exigência do comando também diminuiu e a disciplina dos homens baixou".

"Mas", adiantou Correia Lopes "não era nossa intenção manter um exército de desempregados, com instrução militar, à nossa volta".

Indicou que os homens que receberam os seis meses nunca voltarão a ser admitidos na empresa. O mediaFAX conferiu pouco menos de 50 homens que preferiram continuar a trabalhar.

UMA OUTRA AMEAÇA

A grande maioria, principalmente os mais jovens, constituídos por desmobilizados e antigos desertores do exército nacional, escolheu receber os cerca de 350 contos. Muitos deles já tinham constituído família em Xinavane.

Eles justificam que tomaram uma atitude de força porque, segundo um deles, "para além das constantes ameaças de despedimentos, com o fim da guerra, a empresa baixou drasticamente as nossas condições de trabalho".

O Major Orlando Figueiredo, comandante daquele batalhão de milicianos, defendeu que "é lógico que com o fim da guerra a açucareira tenha outras prioridades do que as de defesa impostas pela própria guerra". Este oficial das FAM, vindo dos "comandos do tempo colonial", foi quem conseguiu conter a fúria dos milicianos durante a greve.

Um dos desmobilizados, que se identificou como ex-chefe dos efectivos do batalhão, disse-nos que apesar de ter recebido todo o dinheiro, ele e muitos dos seus colegas, considerados quadros da empresa, vão ser readmitidos porque "se isso não acontecer a empresa corre o risco de perder todo o gado". Muitos dos desmobilizados falaram-nos desta maneira.

O DG da Incomati sustenta que a reintegração desses elementos podia provocar o levantamento dos trabalhadores civis que também não abandonaram os seus postos de trabalho e não exigem nenhuma indemnização.

Outras fontes confidenciaram-nos que, se até ao princípio da próxima campanha, a partir de Junho ou Julho, não for anunciado qualquer aumento salarial, poderá eclodir uma greve geral. Os trabalhadores do campo já começaram a comunicar-se.

Este ano prevê-se um aumento substancial de produção de açúcar. No campo observámos muita cana sacarina boa. (Orlando Muchanga)